
ATA DA 18ª REUNIÃO DA CTINS DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CBH PIRAPONEMA

1 Ao décimo quarto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze
2 horas, por meio da plataforma de videoconferência Zoom pela UR:
3 <https://us02web.zoom.us/j/84766862657> e disponibilizada pela plataforma Youtube acesso
4 ao link : <https://youtube.com/live/Ep0BI06Z1b0?feature=share> , foi realizada a 18ª Reunião
5 da CTINS do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Pirapó, Paranapanema 3 e 4 - CBH
6 Piraponema, diante da presença da Coordenadora com a função de relatora a Sra. Marta
7 Luzia de Souza – Universidade Estadual de Maringá; o sr. Alexandre Martin Martinez –
8 Vancouros; o sr. Pedro Dias – ABRAPCH; a sra. Juliane Kerkhoff - Prefeitura Municipal de
9 Maringá; –, o Sr. Paulo Milagres – IDR; a Sra. Maria de Los Angeles – Unicesumar, Cláudia
10 Telles Benatti - ABRHidro ; Lucineide A. Maranhão, Nataly Tasca e Alexandre B. Jucá–
11 Secretaria Executiva do Instituto Água e Terra. Convidados: Sra. Josete de Fátima –
12 SANEPAR; Maira Trevisan – CISPARG; Nayara B. Mangolin – Instituto Água e Terra –
13 Regional de Maringá; Silvio Silvestre Barczysz – Unicesumar. Marta cumprimentou a todos
14 e sugeriu uma alteração na ordem dos itens da pauta para priorizar a apresentação de
15 Alexandre sobre a cobrança de recursos hídricos, uma vez que ele estava com agenda
16 restrita. Após a aprovação dos presentes, Marta explicou que, na reunião anterior, haviam
17 sido levantadas dúvidas quanto à cobrança para propriedades compartilhadas e outros
18 usuários da bacia. Alexandre, apresentou a planilha atualizada, que detalhava valores de
19 captação e lançamento de empreendimentos e usuários da bacia, incluindo Sanepar e
20 outras empresas de saneamento. Ele compartilhou dados simulados e gráficos que
21 mostravam a participação de setores como agropecuária, saneamento e indústria nos
22 valores potenciais de arrecadação, e esclareceu que os dados de cobrança estavam
23 baseados em outorgas e não em volumes medidos, e que qualquer ajuste sazonal nos
24 valores dependeria de uma eventual alteração no preço público conforme as condições da
25 bacia. Marta mencionou ainda a possibilidade de estabelecer um teto baseado nos valores

26 do Paranapanema, e Alexandre comentou que esse estudo ainda estava em andamento.
27 Josete, por sua vez, destacou a importância de incluir usos insignificantes e refletir a
28 sazonalidade real no balanço da bacia, apontando que o aumento temporário da cobrança
29 em períodos de escassez deveria ter um objetivo específico, como financiar ações
30 emergenciais na bacia. Alexandre concordou com a ideia e sugeriu que tais iniciativas
31 fossem previstas no plano de ação do comitê, destacando que o coeficiente de ajuste
32 poderia ser usado conforme decisão do comitê para adequar a cobrança às necessidades
33 da bacia. Marta reforçou a importância de trabalhar aspectos emergenciais no plano da
34 bacia, alinhando a cobrança à gestão sustentável dos recursos hídricos. Marta agradeceu
35 e passou a palavra para Pedro Dias, que sugeriu uma reflexão sobre a capacidade
36 ecológica do Rio Pirapó em suprir as demandas hídricas, considerando a preservação
37 ambiental e das espécies. Ele destacou a importância de avaliar o quanto o rio pode
38 suportar em relação à retirada de água, apontando que o uso excessivo pode levar a
39 problemas graves, mesmo com a disponibilidade de recursos financeiros. Alexandre, por
40 sua vez, observou que os recursos de cobrança pelo uso da água poderiam contribuir para
41 o diagnóstico da capacidade de retirada do Pirapó. Ele também destacou que, ao longo do
42 tempo, seria necessário calibrar o valor da cobrança conforme as necessidades e a
43 realidade local e explicou que o valor de 0,01835 centavos foi estabelecido como mínimo e
44 que o ajuste desse valor deve ser feito pelo índice IPCA acumulado anualmente. Também
45 reforçou a importância de considerar o setor agropecuário, incluindo tanto atividades
46 agrícolas quanto pecuárias, no sistema de cobrança. Em relação ao crescimento urbano de
47 Maringá e à escassez de água, Paulo sugeriu estudar alternativas mais próximas, como o
48 uso de rios menores ou riachos para o abastecimento. Marta e outros participantes
49 debateram a viabilidade da proposta e a possibilidade de envolver instituições como a
50 Sanepar para avaliar o custo-benefício de trazer água do Rio Ivaí. Josete propôs agendar
51 uma nova reunião para aprofundar a análise dos setores e definir melhores práticas de
52 manejo e cobrança para a bacia. Durante a reunião, foi discutida a continuidade do trabalho
53 e a importância de reuniões futuras para ajustes no material apresentado. Alexandre foi
54 agradecido pelas contribuições com a planilha e por responder a perguntas. A pauta foi
55 invertida para que ele pudesse participar logo no início. Em seguida, abordaram o
56 reenquadramento do Córrego Coruja, originalmente discutido na 44ª reunião do CBH
57 Piraponema, ocorrida em 26 de julho. O córrego, atualmente enquadrado como classe
58 quatro, deveria ser reclassificado como classe dois para atender à atividade de piscicultura,
59 um pedido da proprietária que está na região há mais de 30 anos, e dada a ausência de
60 monitoramento específico e comparativo no local, foram discutidas alternativas, como uma

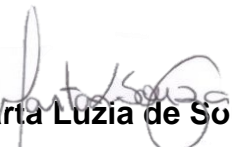
61 visita técnica, análise de água e possível auditoria, conforme a resolução CONAMA 357.
62 Informalmente, verificou-se que o IAT não possuía dados de monitoramento para o Córrego
63 Coruja. Representantes dos usuários também foram consultados: Maira da CISPARG
64 informou que nenhum município próximo realizava monitoramento no córrego e que o Rio
65 das Cinzas seria o ponto mais próximo. Josete, da Sanepar, detalhou a área do pedido,
66 explicando a ausência de análises regulares devido ao pequeno porte do rio e ressaltando
67 o interesse maior pelo monitoramento do Rio Bandeirantes do Norte. Com base nos
68 projetos de expansão de redes de esgoto na área e seu desenvolvimento urbano, Josete
69 apresentou mapas e imagens da bacia, destacando a crescente urbanização e os planos
70 de ligação à estação de tratamento de esgoto, ETA Servim. Observou-se ainda a presença
71 de atividades agrícolas e de lazer, como um pesque-pague. Pedro Dias contribuiu com
72 sugestões, enfatizando a importância de aprofundar discussões e observando criticamente
73 a questão do reenquadramento. Cláudia questionou sobre pontos de outorga de
74 lançamento a montante do local solicitado, enquanto Josete e os presentes responderam
75 com detalhes técnicos sobre o funcionamento de elevatórias e redes de coleta. Cláudia
76 ressaltou a necessidade de um levantamento sobre pontos outorgados e de mais
77 informações sobre áreas urbanizadas e industrializadas na região. A equipe debateu a
78 relevância de dados de monitoramento e imagens, reconhecendo que esses dados seriam
79 insuficientes sem monitoramento quantitativo e qualitativo mais robusto. Foram discutidos
80 também procedimentos sobre a visita em campo, com dúvidas sobre a participação de
81 solicitantes e as responsabilidades legais. Josete sugeriu formalizar pedidos ao Instituto
82 Água e Terra para fornecer dados de monitoramento e avaliar a qualidade do rio. Os
83 presentes apoiaram a ideia de pedir que o IAT realizasse uma fiscalização in loco, em vez
84 de a própria Câmara Técnica assumir essa função. Por fim, a equipe concordou em seguir
85 com encaminhamentos formais ao IAT e concluir a reunião, com previsão de receber
86 materiais adicionais do Alexandre do Instituto Água e Terra. Na qual eu Nataly Tasca, lavrei
87 a presente ATA.

88

89 De Acordo,

90

91


Marta Luzia de Souza

92

Coordenadora da CTINS do Comitê de Bacia Hidrográfica do Piraponema